

SUMÁRIO

<i>Prefácio – PROF. HUMBERTO ÁVILA</i>	9
<i>Agradecimentos</i>	13
<i>Introdução</i>	17
1. O CONTEÚDO JURÍDICO DA PROIBIÇÃO AOS EFEITOS DE CONFISCO NO DIREITO TRIBUTÁRIO A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	
1.1 As normas tributárias e os direitos fundamentais	
1.1.1 <i>A eficácia das normas tributárias e a restrição ao conteúdo dos direitos fundamentais</i>	21
1.1.2 <i>As normas tributárias sujeitas a limitação a partir dos direitos fundamentais</i>	31
1.2 A proibição aos efeitos de confisco como postulado normativo aplicativo da proibição de excesso no direito tributário	
1.2.1 <i>O conteúdo dos direitos fundamentais como princípios jurídicos</i>	35
1.2.2 <i>A estruturação do conteúdo dos direitos fundamentais segundo a essencialidade dos bens que o integram para a produção de uma eficácia mínima: o núcleo essencial</i>	51
1.2.2.1 <i>Os bens jurídicos essenciais, importantes e superfluos à produção de eficácia mínima aos direitos fundamentais</i>	52
1.2.2.2 <i>A construção do núcleo essencial dos direitos fundamentais como direitos subjetivos e o caráter absoluto da proteção aos bens que o integram diante das intervenções promovidas pelas normas tributárias</i>	65

1.2.3	<i>A proibição de excesso de intervenção no conteúdo dos direitos fundamentais como postulado normativo aplicativo que veda a produção de efeitos de confisco no direito tributário</i>	
1.2.3.1	O postulado normativo aplicativo da proibição de excesso como vedação aos efeitos de confisco	76
1.2.3.2	O excesso pleno e o excesso restrito como intervenções no núcleo essencial e como indicadores do efeito de confisco	87
1.3	O postulado da proibição aos efeitos de confisco e os temas afins	
1.3.1	<i>Proibição de confisco, razoabilidade e proporcionalidade: instrumentos diferentes para limitar o poder de tributar</i>	91
1.3.2	<i>A proibição de confisco e as finalidades das normas tributárias</i>	97
2.	A CONCRETIZAÇÃO DA PROIBIÇÃO AOS EFEITOS DE CONFISCO A PARTIR DA JURISPRUDÊNCIA DO STF	
2.1	<i>A construção do núcleo essencial específico dos direitos fundamentais da existência humana digna, da liberdade de exercício de atividade econômica e da propriedade como zonas irrestringíveis e demarcatórias do efeito de confisco</i>	103
2.1.1	<i>O direito fundamental à existência humana digna ...</i>	104
2.1.2	<i>O direito de liberdade: o livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão e a liberdade de exercício de atividade econômica</i>	110
2.1.3	<i>O direito à propriedade</i>	118
2.2	<i>Exames inerentes à proibição aos efeitos de confisco</i>	
2.2.1	<i>Essencialidade dos bens jurídicos protegidos</i>	127
2.2.2	<i>Causalidade</i>	131
2.3	<i>Os modelos de resolução para aplicação aos casos futuros</i>	134
	Conclusões	141
	Referências Bibliográficas	147